



## **“LIVRAI-NOS DE TODO MAL”: MEDO, CONTROLE SOCIAL E SEGREGAÇÃO ESPACIAL**

*"Freedom Of All Evil": Fear, Social Control And Space Segregation*

**Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0354947255136468> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7365-5601>

E-mail: [madwermuth@gmail.com](mailto:madwermuth@gmail.com)

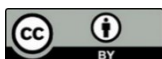
**Paula Bohn de Campos**

UNISINOS, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3856769150116994> ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8943-1410>

E-mail: [madwermuth@gmail.com](mailto:madwermuth@gmail.com)

Trabalho enviado em 02 de junho de 2021 e aceito em 02 de agosto de 2021



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2608 – 2636.

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Paula Bohn de Campos

DOI: 10.12957/rdc.2022.60193 | ISSN 2317-7721

## RESUMO

O artigo aborda o elemento “medo” como ferramenta histórica de estabilização e controle para manutenção da “ordem” social, pontuando, sobretudo, quais os elementos socioeconômicos e culturais que subjazem a esta dominação política e econômica. Além disso, analisa a influência dos meios midiáticos na propagação do senso comum acerca da criminalidade, na busca de tentar entender quais são os seus reais impactos no imaginário coletivo, bem como as reações sociais que daí advêm. Por fim, investiga o processo de marginalização dos espaços públicos e de estigmatização social das classes periféricas pelas classes dominantes. O enfoque principal, portanto, está centrado na violência estrutural e nos interesses socioeconômicos como ponto crucial de encarceramento dos indivíduos “indesejáveis” e das frequentes violações de direitos destes indivíduos, com a imposição de um ciclo de exclusão social e subordinação. O método empregado na investigação é o fenomenológico hermenêutico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controle Social. Medo. Criminalização da pobreza. Sistema punitivo. Segregação social.

## ABSTRACT

The article deals with the element of fear as a historical stabilization and control tool for the maintenance of social "order", highlighting, above all, the socioeconomic and cultural elements that underlie this political and economic domination. In addition, it analyzes the influence of the media in the spread of common sense about criminality, in the search to try to understand what their real impacts on the collective imaginary, as well as the social reactions that follow. Finally, it investigates the process of marginalization of the public spaces and of social stigmatization of the peripheral classes by the dominant classes. The main focus, therefore, is on structural violence and socio-economic interests as a crucial point of incarceration of "undesirable" individuals and the frequent violations of rights of these individuals, with the imposition of a cycle of social exclusion and subordination. The method employed in the investigation is the phenomenological hermeneutic.

**KEYWORDS:** Social Control. Fear. Criminalization of poverty. Punitive system. Social segregation.



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil contemporâneo tornou-se comum o apelo patriota e exaltante de combate às desigualdades sociais existentes e, sobretudo, à violência pela via da atuação mais rígida do sistema de justiça criminal. O que não há, entretanto, é um exercício de reflexão sobre o que efetivamente leva à segmentação dos indivíduos subjugados, notadamente os homens pobres e negros.

A insegurança e o medo são difundidos diuturnamente, não permitindo que os cidadãos possam, de forma consciente e racional, vislumbrar quais as suas causas. Cada vez mais percebe-se que os sujeitos são doutrinados a enxergar somente consequências.

Por essa razão, torna-se imperioso o debate acerca da utilização do sentimento “medo” como ferramenta de controle social e político das grandes massas – especialmente pelo auxílio dos meios midiáticos – e a consequente criminalização das classes periféricas no Brasil.

Para tanto, o presente estudo tem por objetivo geral investigar algumas formas por meio das quais o sentimento de medo vem sendo utilizado, historicamente, como instrumento de estabilização social, e qual o impacto desta ferramenta no processo punitivo brasileiro. Introduzir-se-á, ainda, uma análise acerca da espetacularização midiática sobre a temática, da formação do “senso-comum” – muitas vezes direcionado por interesses políticos e econômicos – e das consequentes construções de muros impermeáveis, que separam as classes subjugantes das subjugadas, e que marginalizam, consequentemente, o espaço “não protegido”, isto é, os espaços públicos.

Portanto, o problema que orienta este trabalho pode ser sintetizado na seguinte questão orientadora: quais são os principais interesses escondidos atrás do controle social que é ocasionado pela disseminação da cultura do medo, e como se dá o processo de estigmatização e exclusão das classes subalternas da sociedade?

Para responder ao problema de pesquisa, o texto encontra-se estruturado em seções que visam, em um primeiro momento, a apresentar – a partir de uma perspectiva transdisciplinar – a forma como o medo vem, ao longo dos anos, sendo utilizado como massa de manobra, contextualizando a influência e o interesse dos meios de comunicação no processo de disseminação da cultura do medo; na sequência, busca-se investigar o processo de marginalização dos espaços públicos e de estigmatização social das classes periféricas pelas classes dominantes.

Assim, o presente estudo coloca-se pela necessidade de um sistema penal menos fragmentado e, sobretudo, pela necessidade de transportar debates críticos ao meio acadêmico, abrindo mão de paradigmas conservadores e daquilo que é percebido como “justo” pela maioria da sociedade, na

medida em que as desigualdades raciais e sociais existentes sempre foram alimentadas por um discurso que as naturalizava, “permitindo a hegemonia de diversos ismos todos mantenedores da ordem social quase inalterada através dos tempos.” (GÓES, 2016, p. 63).

Para a concretização da pesquisa, a metodologia utilizada foi a *fenomenologia hermenêutica* (STEIN, 1979). Sabendo-se que o método de abordagem visa a aproximar o sujeito (no caso, os pesquisadores) e o objeto a ser pesquisado, não se fará uma análise “externa” do tema pesquisado. Pelo contrário, os sujeitos pesquisadores estão diretamente implicados, pois relacionados, com o objeto de estudo, o qual interage com eles e sofre as consequências dos seus resultados (ou seja, as suas descobertas e potencialidades). Este horizonte compreensivo foi o que se mostrou suficientemente fértil e adequado para a discussão da temática objeto desta investigação. Isso porque não se trata de uma investigação alheia aos pesquisadores: eles estão *no mundo* onde os fenômenos analisados na pesquisa (seletividade punitiva/segregação espacial urbana) ocorrem. Aqui reside o significado do fenômeno.

Essa constatação fenomênica receberá a atribuição de sentido, a partir do círculo hermenêutico, especialmente a partir das contribuições de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer. A atribuição de sentido, que representa uma forma nova de construir a interpretação, se dá por meio da valorização da tradição e das experiências de vida já vivenciadas pelos pesquisadores e, num contexto maior, pela própria sociedade. A tradição é, nessa perspectiva, considerada como uma força vital inserida na cultura. Não é possível furtar-se à tradição ao realizar uma investigação científica: estamos sempre inseridos nela. O “modus operandi” filosófico gadameriano (2012) perpassa, portanto, pela recuperação e pelo resgate de ideias reprimidas e esquecidas. Desta forma, tem-se a pré-compreensão – forjada no horizonte da tradição histórica de vida do ser humano, que ilumina a compreensão, a interpretação e a aplicação dos resultados da pesquisa científica, da qual este artigo é um produto.

Nesse rumo, convém salientar que, na hermenêutica filosófica “o todo da cultura humana deve ser compreendido como envolvido num acontecer da historicidade de um sentido que nunca recuperamos em sua plenitude.” (STEIN, 2011, p. 23). Nesse rumo, a compreensão deixa de ser um conceito metodológico e passa a ser “a forma originária de realização da pre-sença, que é ser-no-mundo. Antes de toda diferenciação da compreensão nas diversas direções do interesse pragmático ou teórico, a compreensão é o modo de ser da pre-sença, na medida em que é poder-ser e ‘possibilidade’.” (GADAMER, 2012, p. 347).

Logo, pode-se afirmar que compreender é o caráter original da própria vida humana. Ou, em outras palavras, pode-se dizer que todo compreender é, em última instância, um compreender-se. Como salienta Gadamer (2012, p. 349), “aquele que compreende projeta-se rumo a possibilidades de si mesmo.” Isso representa uma absoluta ruptura do esquema sujeito-objeto típico da filosofia da consciência e seu “cogito”, dado que o compreender não é mais uma mera homogeneização entre o conhecedor e o conhecido sobre a qual se assentava o “método” das ciências do espírito.

Em linhas gerais, portanto, pode-se dizer que a contribuição da hermenêutica filosófica para a elaboração do presente estudo foi demonstrar que as condições que tornam o pensamento possível não são autogeradas, mas são estabelecidos bem antes de nos engajarmos em atos de introspecção, ou seja, que nós já estamos envolvidos no mundo bem antes de nos separarmos do mundo teoricamente para procurar entendê-lo filosoficamente.

## **2 A CULTURA DO MEDO COMO FERRAMENTA HISTÓRICA DE CONTROLE E SEGREGAÇÃO DAS MASSAS: UMA BREVE HISTÓRIA DO MEDO NO OCIDENTE**

A sociedade existe como um equilíbrio instável de relações, pois é um processo e não um produto (BAUMAN, 2008). Para que as engrenagens sociais sejam compreendidas, deve-se considerar as célebres lições de Maquiavel (2004), o qual, na construção de sua teoria política, defendia que os homens sempre tendem à divisão e à desunião, de modo que é a partir disso que deriva a tensão social, marcada pelo conflito de desejos entre dois grupos sociais distintos: de um lado, o *povo*, que deseja não ser oprimido pelos grandes; e, de outro, os *grandes*, que, inversamente, desejam oprimir e dominar o povo. Segundo o autor, a política é marcada não pelo ideal cristão de unidade entre os homens, mas por algo que é próprio do homem: a constante luta pelo poder. Logo, “o principado provém do povo ou dos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma ou outra dessas partes” (MAQUIAVEL, 2004, p. 43).

Diante desse cenário, Maquiavel (2004) evidencia que, de certa forma, o mundo sempre foi habitado por homens com idênticas paixões e sempre houve aquele que serve e aquele que ordena, da mesma forma que sempre existiu quem serve de má vontade e quem serve de boa vontade, bem como quem se rebela e quem se rende.

Ocorre que as minúcias que entrelaçam esse jogo de interesses vão além da ingênua crença de passividade pela aceitação. Isso porque, segundo Maquiavel (2004), nenhuma conquista se faz sem

o uso da violência, de modo que o Estado não representa exceção à regra. No entanto, o autor não se refere à violência “desnecessária” (praticada apenas por satisfação pessoal), mas, sim, da violência política, justificada tão somente em função do bem comum. Para ele, toda e qualquer outra forma de violência que não tenha a finalidade de preservar o Estado e o bem da coletividade deve ser sempre evitada. Estrategicamente, tem-se que a segunda forma (violência política) legitima a autoridade do governante (o “príncipe”), ao passo que a primeira (violência praticada apenas por satisfação pessoal; desnecessária), o condena perante seus governados (“súditos”), que não hesitarão em demovê-lo do poder na primeira oportunidade que tiverem.

Observa-se que, em realidade, a força e a política são paralelas, sendo que uma não subsiste sem a outra. Para Maquiavel (2004), a força está em saber usar a astúcia, a qual deve ser utilizada pelos governantes quando a necessidade se impuser, pois “é necessário examinar se estes inovadores dispõem de meios próprios ou dependem de outros, isto é, se para realizar a sua obra precisam pedir ou podem forçar.” (MAQUIAVEL, 2004, p. 25). Para o autor, apenas o segundo caso (poder de força) garante o êxito do governante.

Deste modo, o governante (o “príncipe”), que num primeiro momento deve se utilizar da força bruta (armas, violência, coerção etc.) para impor a sua autoridade, deve também saber reconhecer o momento adequado em substituí-la pela força da persuasão (MAQUIAVEL, 2004), uma vez que é a partir disso que se pode distinguir o bom governante (que é forçado pela necessidade a usar da violência visando ao bem coletivo), do tirano (que age por capricho ou interesse próprio). Sob esse fundamento, mesmo sem a força (ainda que ela sempre deva permanecer como recurso de última instância), um poder se estabelece como legítimo quando os governados (“súditos”), por meio da persuasão de seu governante (o “príncipe”), são levados a reconhecer e a aceitar a sua autoridade como legítima. Entretanto, essa legitimidade não se funda mais sobre a natureza ou sobre princípios morais, mas sobre o reconhecimento dos seus governados (MAQUIAVEL, 2004).

Assim, o que confere segurança ao governante é a necessidade que os governados (o povo) têm do príncipe em protegê-los e livrá-los da opressão dos “grandes”, de maneira que o governante deve persuadi-los constantemente disso. Dessa forma, tem-se que a segurança daquele que governa depende daqueles que são governados em se sentirem seguros, de modo que não haverá motivo para o povo se voltar contra o governante (MAQUIAVEL, 2004).

Cabe ressaltar que, embora a obra de Maquiavel (2004) aqui analisada tenha sido escrita em 1513, os fundamentos de sua teoria política acerca do que se compreende como “Estado” são

utilizados até os dias atuais, em virtude de sua capacidade de evidenciar como o “governo” é sempre determinado pela realidade dos fatos.

Assim, partindo da premissa de que a estabilidade do Estado é a instabilidade política gerada pelo conflito social (FOUCAULT, 2014), tem-se que manter a estabilidade política de um Estado (numa sociedade contraditória), nunca pressupõe aniquilação do conflito social, uma vez que o Estado só se mantém enquanto consegue dar vazão ao conflito de desejos (MAQUIAVEL, 2004). Em verdade, embora a existência da política pressuponha unidade, concórdia, observa-se que o Estado reduzido à unidade, à concórdia, acaba sendo enfraquecido e torna-se inseguro (MAQUIAVEL, 2004).

Portanto, ao governante não basta ser forte para governar, porque embora a força possa ajudá-lo a conquistar o poder, ela não é capaz de fazer com que ele o mantenha (WEFFORT, 1989). A manutenção da conquista (domínio e respeito dos governados) compreende não apenas resistir aos inimigos e aos golpes da sorte, como também atrair, para si, a fama, a honra e a glória; e, ao povo, a segurança (WEFFORT, 1989). Ao povo, portanto, importa a estabilidade política, independentemente dos meios utilizados pelo governante, uma vez que ao manter a estabilidade política, que, em última instância, depende da estabilidade social (ou seja, de como se resolve o conflito de interesses entre os grandes e o povo), o governante mantém também a estabilidade do Estado (WEFFORT, 1989).

Nesse sentido, pode-se afirmar que para a manutenção da dominação de determinado grupo na sociedade, alguns instrumentos de controle (estabilização) são utilizados. Há, assim, diversas formas de se entender o “controle social”, mas, aqui, importa a compreensão das formas de controle das instituições sobre a sociedade, bem como das formas de controle da sociedade civil sobre as políticas públicas (FOUCAULT, 2014).

Pode-se afirmar que “controle social” é um conjunto de dispositivos sociais, tais como: usos, costumes, leis, instituições e sanções, que objetivam a integração social dos indivíduos, o estabelecimento da ordem, a preservação da estrutura social etc., alicerçados, para tanto, nos valores de cada época e expresso na imposição de vontade dos líderes, da classe dominante ou do consenso grupal (FOUCAULT, 2014). Esse controle pode ser formal (quando a lei o define) ou informal (que são os costumes e a opinião pública que exercem controle nas ações do indivíduo). Nesse sentido, a norma jurídica é um instrumento institucionalizado de controle social, isso porque ela é a formalização do controle, que dispõe também de força coativa (FOUCAULT, 2014).

Nesse contexto, segundo Foucault (2014), “a regra é o prazer calculado da obstinação, é o sangue prometido”, pois ela “permite reativar sem cessar o jogo da dominação”, pondo em cena “uma violência meticulosamente repetida”, em um marco no qual “o desejo da paz, a doçura do

compromisso, a aceitação tácita da lei, são apenas seu resultado e propriamente falando sua perversão.” (FOUCAULT, 2014, p. 69). Para o autor, “a humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra”; ao contrário, “ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras e prossegue assim de dominação em dominação.” (FOUCAULT, 2014, p. 69).

Dessa forma, compreende-se que para se perpetuar a manutenção do poder de determinado grupo sobre a sociedade, faz-se necessária a manipulação dos “dominados” de forma constante, principalmente pelo Estado, como instrumento de estabilização social, pois “o mando do governo organiza-se no discurso, esconde-se nas palavras”, de modo que “as notícias fazem os fatos” e “quem narra o acontecido é o sobrevivente”, uma vez que “não se pode dar crédito aos mortos, familiares, amigos, companheiros, comparsas”, pois “ninguém merece confiança, nem os indiferentes”, porque “quem sabe o que acontece organiza o acontecido.” (IANNI, 1991, p. 39).

Observa-se que, ao alimentar o medo da suposta insegurança na população, o Estado reforça a necessidade de algo ou alguém que os “proteja” das perversidades dos supostos “inimigos do cotidiano”, personagens criados diariamente pelos meios de comunicação (principal instrumento de manipulação das massas, como será oportunamente demonstrado), evidenciando, assim, que “só o governo sabe quando é a época da ditadura e a da democracia”, agindo sob a perspectiva de que “o povo precisa ser orientado, educado, em conformidade com as razões do Estado”, nutrindo a ideia de que “cabe ao governo zelar para que a democracia se realize, organize, rotinize; não se extravie.” (IANNI, 1991, p. 39).

Portanto, a gestão social do medo é um dos principais motores dos governos, bem como da economia capitalista, uma vez que investimentos maciços são realizados para que o “cidadão-consumidor”, cada vez mais acuado em seu raio de ação social, conquiste uma sensação mais sólida de segurança perante as ameaças contínuas do mundo externo (BAUMAN, 2008).

Bauman (2008, p. 98) afirma que “desde o início o Estado moderno confrontou-se com a desestimulante tarefa de gerenciar o medo”, tendo de “tornar a tecer a rede de proteção que a revolução moderna destruiu, e continuar a consertá-la enquanto a modernização por ele promovida continuava a deformá-la e desgastá-la.” O medo, segundo Bauman (2008), que atua como uma importante ferramenta de estabilização social, é fundamental para a manutenção da crise generalizada, pois quando surgem convulsões sociopolíticas, ele é utilizado como regulador da ordem pública, despertando nos sujeitos de ânimo inflamado as disposições reacionárias convenientes para a defesa da opressão violenta dos aparatos públicos contra a massa humana que não é



economicamente viável (os “consumidores falhos”). Assim, de acordo com o autor, a manifestação do medo conduz a um processo de privatização degradante da vida humana, limitada aos perímetros dos espaços assépticos de convivência, imunes de qualquer contato com as ditas escórias sociais, fonte de todo mal e desordem (BAUMAN, 2008).

Para Bauman (2008, p. 94), os espaços privados de circulação social, que são regidos pela lógica asséptica da identidade, representam visivelmente a concretização da grande distopia da “sociedade administrada”, a qual simula estruturar-se em bases racionais para organizar e gerenciar os conflitos sociais, mas que, em verdade, denota que seu substrato funcional reside na emergência do medo pela violência endêmica e pelo “descontrole das paixões”. Para ele, “quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme e na companhia de outras ‘como elas’ com as quais podem ter superficialmente uma ‘vida social’ praticamente sem correr o risco da incompreensão”, construída sobre mitos culturais perpetuados historicamente, e sem enfrentarem “a perturbadora necessidade de traduzir diferentes universos de significado”, um claro distanciamento social entre o “centro” e a “margem”, observa-se que “mais é provável que ‘desaprendam’ a arte de negociar significados compartilhados e um *modus convivendi* agradável.”

Com efeito, não só na sociedade contemporânea, mas em toda a história, o sentimento de medo tem sido utilizado como instrumento de manipulação de indivíduos, subjugando-os e tornando-os escravos e dominados por um determinado grupo de interesses (BAIERL, 2004). Não se pode dizer que o medo, como sentimento, provoca mortes e prejuízos às pessoas, porquanto inerente à condição humana. Pelo contrário, “o que provoca acidentes e mortes é exatamente a forma de reação ao medo, que também vem sendo construída socialmente e pode se constituir numa resposta coletiva às formas de uso feitas através do medo” (BAIERL, 2004, p. 39).

Delumeau (1989, p. 23) afirma que o medo (individual) “é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação”. Acrescenta, ainda, que estas ameaças e agressões, quando reiteradas, podem levar a revoltas e pânicos, fazendo com que os indivíduos que temem assumam uma posição de ataque em face dos que, como eles, são também subjugados.

Para Delumeau (1989), o medo social também foi socialmente construído para fins de submeter coletividades inteiras a interesses específicos de algum grupo, garantindo-se, por meio da coerção, determinados objetivos de controle “do outro”. Em sua obra “História do Medo no Ocidente: uma cidade sitiada”, Delumeau (1989) expõe que, na Europa do começo da Idade Moderna, tal como ocorre atualmente, havia medo camuflado por toda a parte. Contudo, era no mar que este sentimento

era vislumbrado com maior facilidade, pois a imensidão dos oceanos permaneceu sendo, por muito tempo, um lugar a ser temido, especialmente pelos provérbios difundidos na época:

Incontáveis são os males trazidos pela imensidão líquida: a Peste Negra, está claro, mas também as invasões normandas e sarracenas, mais tarde as incursões dos berberes. Lendas – a da cidade de Ys ou a dos órgãos submersos de Wenduine que as vezes são ouvidos tocando o Dies irae – evocaram por muito tempo seus avanços furiosos. Elemento hostil, o mar é orlado de recifes inumanos ou de pântanos insalubres e lança nas regiões costeiras um vento que impede culturas. Mas é igualmente perigoso quando jaz imóvel sem que o menor sopro o ondule. (DELUMEAU, 1989, p. 41)

No final da Idade Média, as pessoas continuavam prevenidas contra os “perigos” do mar, especialmente, em razão do forte impacto ocasionado pelos discursos poéticos e literaturas da época e, de outra parte, pelos relatos das viagens daqueles que se aventuravam a desbravá-lo (DELUMEAU, 1989).

O sobredito autor (1989) legitima sua alegação ao realizar uma preciosa análise acerca das principais obras literárias do período (dentre elas, “Os Lusíadas”, de Camões”, e “A tempestade”, de Shakespeare), sendo possível aferir, a partir destas análises, que o mar estava sempre associado, na sensibilidade coletiva, à morte, às aberrações, às tempestades e, conseqüentemente, ao medo.

Assim, mesmo quando o Ocidente ampliou seus horizontes, a partir do período da Renascença, em razão das crenças legendárias, o “estranho” (aquilo que pertencia a um universo distinto) continuava sendo visto como suspeito, como algo que causava medo (DELUMEAU, 1989).

Nota-se que, nas revoltas religiosas do século XVI-XVII, o medo também foi utilizado como instrumento de “controle” por parte da Igreja Católica. Na época, os protestantes tinham, como principal objetivo, afastar a doutrinação católica da Igreja Romana, bem como os abusos que traíam, em suas concepções, a imagem primitiva da Igreja.

Contudo, como a sociedade estava bastante habituada à hierarquia e à organização da Igreja Católica, os protestantes passaram a ser vistos, pela maior parte dos indivíduos, como inovadores “perigosos” (DELUMEAU, 1989). Ou seja, os hereges (isto é, os protestantes) passaram a ser considerados um mal do qual era preciso defender-se.

Havia, em jogo, o interesse de dois grandes grupos: “uns queriam banir os escandalosos acréscimos papistas sob cujo acúmulo a Igreja progressivamente sepultara a Bíblia; outros agarravam-se ao culto tal como seus ancestrais o haviam praticado” (DELUMEAU, 1989, p. 59).

Atrás de muitas intenções vingativas, várias pessoas passaram a ser denunciadas como feitiças por inquisidores que, inclusive, conheciam-lhes bem. Diferentemente da atualidade, naquele período, era “mais terrível o vizinho a quem nada escapava” (DELUMEAU, 1989, p. 60). Introduziu-se, na coletividade, a ideia de que as calamidades (tais como as perdas de rebanhos e colheitas), doenças, esterilidade e a própria morte não eram naturais, mas sim provenientes de feitiças e feitiços que, segundo a Igreja Católica, denegavam seu poder a “Satã” (DELUMEAU, 1989).

Nesse período de “caça às bruxas”, no qual os “inquisidores consideravam-se imunes ao mal do demônio”, a tortura era ocultada sob denominações neutras, de modo que a morte sob tortura e o suicídio, “que tinha idêntica natureza”, eram considerados “um favor de Satã à bruxa”, ao passo que “a loucura produzida pela dor era um favor diabólico que lhe permitiria rir do tormento” (ZAFFARONI; 2007, p. 86). Acreditava-se que “os piores inimigos eram aqueles que negavam a existência ou o poder das bruxas, pois negavam o poder dos inquisidores” (ZAFFARONI; 2007, p. 86). Aqui, tem-se como principal referência o “*Malleus Maleficarum*”.

Entretanto, para além de incontáveis simbolismos, observa-se que a “caça às bruxas”, na verdade, fora utilizada como um poderoso “instrumento de colonização”, pois, segundo Silvia Federici (2017, p. 17 e 295), ela “tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo”, constituindo-se em “um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno.”

Com efeito, o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, acabou debilitando a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado em uma época na qual a comunidade camponesa já começava a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social (FEDERICI, 2017).

Esse “ataque” contra as mulheres, de acordo com Federici (2017, p. 295), justificou a apropriação de seus trabalhos pelos homens e a criminalização do controle sobre a reprodução, de modo que “o preço da resistência era, sempre, o extermínio.” Para tanto, “nenhuma das táticas empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais poderia ter obtido êxito se não tivesse sido sustentada por uma campanha de terror.” (FEDERICI, 2017, p. 203).

Após, em um intervalo de tempo próximo, surgiu também o pânico contra a “Peste” e, tão logo descoberto o risco do contágio, os riscos maiores foram logo associados aos pobres. Em Paris, na

ocasião da epidemia de cólera (1832), houve, na cidade, uma espécie de “fuga da burguesia” (DELUMEAU, 1989). Segundo consta, o pensamento dominante apressava-se em expulsar os mendigos da cidade: “associais inquietantes, não são eles os semeadores da peste? E depois, são sujos e espalham odores poluentes” (DELUMEAU, 1989, p 120) – pensavam.

Debruçando-se sobre o estudo desse tema, Michel Foucault (2014a, p. 156) observou que na história da organização ocidental médica houve fundamentalmente dois grandes modelos de controle social, sendo eles “o modelo suscitado pela lepra e o modelo suscitado pela peste”. De acordo com o autor, o leproso, na Idade Média, era alguém que “logo que descoberto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros”, de modo que “o mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano.” Sob essa perspectiva, a medicina era uma medicina de exclusão, de modo que “medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros.”

Em contrapartida, no esquema político-médico que foi estabelecido contra a peste, “a medicina não exclui, não expulsa para uma região negra e confusa”, pois neste modelo a medicina exerce o seu poder político sob a forma consistente em distribuir os indivíduos “uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um”, bem como “constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto” e fixar, assim, a sociedade em “um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos.” (FOUCAULT, 2014, p. 157).

Assim, verifica-se “o velho esquema médico de reação à lepra que é de exclusão, de exílio, de forma religiosa, de purificação da cidade, de bode expiatório”, ao passo que se observa no esquema suscitado pela peste “não mais a exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, a análise minuciosa da cidade”, bem como “a análise individualizante, o registro permanente”; substitui-se um modelo religioso por um modelo militar, uma vez que “é a revista militar e não a purificação religiosa que serve, fundamentalmente, de modelo longínquo para essa organização político-médica.” (FOUCAULT, 2014, p. 157).

A população, tal qual como ocorre atualmente no Brasil, conforme análise que será apreendida na sequência, tentava buscar causas ao ataque (doença) da qual sentia-se vítima. Isto é, buscava encontrar as causas de um mal, na busca de um quadro tranquilizador, para tentar, assim, encontrar os antídotos à peste (DELUMEAU, 1989).

A Peste Negra eclodiu, então, em uma atmosfera já carregada de anti-semitismo. De início, suspeitos de querer dizimar os cristãos por meio de veneno, em seguida, os judeus foram bem rapidamente – e por vezes muito cedo, como na Espanha – acusados de ter semeado o contágio por meio desses envenenamentos. (DELUMEAU, 1989, p. 141).

A partir da Peste Negra, o medo dos “mendigos”, sentido pelos ricos e pelas pessoas de classe média, intensificou-se muito, passando a ser atribuída a eles todas as demais causas para os perigos que foram sendo vivenciados. A sociedade passou, com isso, a identificar nos mendigos a “marginalidade” e a “criminalidade” - realidade que parece muito próxima da contemporânea. Assim,

[...] a classe perigosa para as autoridades e para todos os possuidores de outra é, então, prioritariamente a dos mendigos itinerantes, que, acredita-se, transportam com eles todos os pecados do mundo, inclusive a heresia, a libertinagem, a peste a subversão. (DELUMEAU, 1989, p. 201).

A verdade é que, a partir do protestantismo – em conjunto com as pestes, penúrias e revoltas –, a Igreja Católica, sentindo-se ameaçada, precisou, mais do que nunca, encontrar um “inimigo”, de modo que toda a heresia foi considerada “demoníaca”, uma espécie de “mal supremo” (DELUMEAU, 1989). Estava sendo traçada uma estratégia interessante de controle. Com efeito,

[...] essa luta sem trégua contra inimigos claramente identificados não pode ser separada da que foi conduzida ao mesmo tempo contra todo um conjunto de comportamentos considerados repreensíveis, suspeitos ou inquietantes. As autoridades civis e religiosas decidiram disciplinar uma sociedade renitente que lhes pareceu viver à margem das normas proclamadas. (DELUMEAU, 1989, p. 401).

Aliás, foi durante o período das duas reformas religiosas – a protestante e a católica – que nasceu a fórmula de “confinamento” e “exclusão dos pobres”. Tal conduta foi desencadeada, especialmente, pela tentativa de uma “higienização”, tal qual como ocorreu no Brasil com relação aos cortiços cariocas na época da “implantação” da República (CHALHOUB, 1996). Tratava-se de “sanear as cidades, nelas diminuindo os vetores de contágio” (DELUMEAU, 1989, p. 415) das pestes e de todo mal trazido – e representado – pelos mendigos.

Não se afastando muito da realidade contemporânea, evidencia-se que estavam presentes, no controle social promovido pela Igreja a partir da fomentação dos “medos”, aspectos políticos e econômicos, tendo-se em vista que, sendo a ociosidade vista como “o maior dos pecados”, aos pobres era dada a penitência do trabalho, utilizando-se, na produção de obras públicas, uma mão de obra disponível (DELUMEAU, 1989).

Assim, muito embora Delumeau (1989, p. 19) reconheça o medo como um sentimento “ambíguo e inerente à natureza, uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte”, a história revela que “os medos legítimos diante de perigos que eram muito reais foram reforçados por temores suscitados pela imaginação coletiva” (DELUMEAU, 1989, p. 166).

Percebe-se, com isso, que, à proporção de que o sentimento medo é alimentado, este sentimento se torna patológico e cria fronteiras, tornando-se um dos bloqueios mais perigosos com relação aos outros, pois estes tornam-se “estranhos” - no sentido delimitador da palavra.

Assim, nesta breve contextualização histórica, ressalta-se o papel constitutivo do medo na formação social de uma sociedade, uma vez que “a sua difusão se torna fundamental para induzir e justificar políticas autoritárias de controle social” (FRANÇA, 2010, p. 128).

No Brasil, é imprescindível que se pense esta questão relacionando-a com a constituição e a movimentação do mercado de trabalho capitalista, reconhecendo-se, primeiramente, a presença do liberalismo como base das formulações do Estado na sociedade escravista do século XIX (NEDER, 1995).

A ruptura ocorrida com o sistema colonial, com a inserção do País em uma economia global, desencadeou uma reflexão política/social da classe burguesa acerca da manutenção e conservação de sua condição de classe dominante (NEDER, 1995). Ou seja, havia a necessidade de uma “reelaboração e redefinição das estruturas de poder face a uma maior complexidade da sociedade” (NEDER, 1995, p. 41).

Diante do fim do trabalho escravo, com uma sociedade marcada por intensas transformações sociais, desencadeou-se, na classe burguesa, a preocupação com a atualização das leis criminais: “aparece uma referência à aplicação do sistema penal para “ociosos” e “vagabundos”” (NEDER, 1995, p. 44). Com efeito, o Código Penal de 1890, em seu capítulo XIII, que tratava dos “vadios e capoeiras”, em seu artigo 402, dispunha:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena - de prisão celular por dois a seis meses (BRASIL, 1890, grifo nosso).

Pode-se dizer que, muito parecidas com as ideias da Igreja Católica no Ocidente (DELUMEAU, 1989), o trabalho, na concepção burguesa brasileira, também estava relacionado à virtude e à

honestidade, enquanto a ociosidade estava relacionada com a corrupção e a suspeita (NEDER, 1995). Portanto, tanto o crime (ociosidade) quanto a sua punição, estão, no Brasil, estritamente ligados à constituição do mercado de trabalho. Não é por outra razão que as categorias do Código Penal de 1890 – paralelamente às acima analisadas – mostraram grande incidência de criminalização de condutas atribuídas à classe operária, como destaca Neder (1995, p. 68):

O art. 205 previu penas de um a três meses de prisão celular e multas para o “desvio de operários ou trabalhadores no estabelecimento em que foram empregados por meio de ameaças, constrangimento ou manobras fraudulentas”. Em outro art., de nº 206, foram previstas penas de dois a seis meses de prisão celular e multas para o crime de “causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violência para impor os operários aos patrões o aumento ou diminuição de serviço. (NEDER, 1995, p. 68)

Na verdade, os estigmas hoje tão presentes na forma como a questão da criminalidade é colocada à sociedade brasileira (com a especial marginalização dos pobres, dos negros e dos imigrantes) são frutos de um padrão social discriminatório de comportamento face aos mendigos, aos negros e aos estrangeiros. Em boa medida, como se demonstrará na sequência, a construção desses estereótipos se dá pela intervenção da mídia, coadjuvante, na esteira da lição de Zaffaroni (2001), do sistema penal na “seleção” da sua clientela.

### **3 AQUELA VELHA OPINIÃO FORMADA SOBRE TUDO: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO DIREITO PENAL FACE À SENSACÃO DE (IN)SEGURANÇA**

Uma das características mais acentuadas da globalização é a influência do setor midiático no processo de formação de opinião dos indivíduos (CALLEGARI; WERMUTH, 2009). As representações midiáticas, via de regra, não se preocupam se os discursos que legitimam a intervenção ostensiva do direito penal não passam de mero “retribucionismo” e não importam em uma solução real, empiricamente comprovada, para os problemas da segurança pública (BATISTA, 2017).

Se, em seus primórdios, o foco principal do jornalismo artesanal era buscar a conscientização de questões político-sociais da época, a partir do século XIX, com um jornal mais barato e menos elitizado como forma de consumo, o jornalismo ganhou cunho comercial (BUDÓ, 2006). Em razão disto, a criminalidade é tratada e vendida como “produto” mercadológico, estando os instrumentos de comunicação diretamente atrelados a determinados grupos econômicos que exploram o ramo midiático (WERMUTH, 2011).



Neste sentido, Nilo Batista (2017, p. 3) explica que

[...] a especificidade da vinculação mídia - sistema penal no capitalismo tardio deve ser procurada antes de tudo nas condições sociais dessa transição econômica. [...] O empreendimento neoliberal, capaz de destruir parques industriais nacionais inteiros, com consequentes taxas alarmantes de desemprego; capaz de “flexibilizar” direitos trabalhistas, com a inevitável criação de subempregos; capaz de, tomando a insegurança econômica como princípio doutrinário, restringir aposentadoria e auxílios previdenciários; capaz de, em nome da competitividade, aniquilar procedimentos subsidiados sem considerar o custo social de seus escombros, o empreendimento neoliberal precisa de um poder punitivo onipresente e capilarizado, para o controle penal dos contingentes humanos que ele mesmo marginaliza.

Os discursos midiáticos acerca da criminalidade, que não alcançam uma demonstração empírica, acabam sendo tendenciosamente legitimados por um respaldo “científico”. Na prática, selecionam-se “especialistas” conforme suas opiniões coincidam com aquelas que estão sendo articuladas nas manchetes (BATISTA, 2017). Para Nilo Batista (2017, p. 9), “a regra de ouro deste circo [...] é que a fala do especialista esteja concorde com o discurso criminológico da mídia: se algum trecho se afasta do credo, será banido na publicação “editada” da fala”.

Neste sentido, um exemplo utilizado por Nilo Batista (2017) é a passagem de um artigo escrito pelo jornalista Marcelo Beraba, intitulado como “A bola e a rede” e publicado na Folha de S. Paulo (2001), qual seja: “Como dizem os especialistas no assunto, a lavagem de dinheiro através do sistema financeiro transnacional exige algum grau de organização, porque precisa de uma rede de apoio fora do Brasil”.

Segundo o criminólogo, o termo “especialistas”, nesta passagem, traduz-se como mera retórica, pois, estando

[...] ausente todo o questionamento teórico ao conceito de crime organizado; bem demarcadas as diferenças entre o sistema financeiro transnacional, “limpo” e “ético”, e o dinheiro que pode sujá-lo, seria mesmo preciso um especialista para formular sua asserção básica? (BATISTA, 2017, p. 12).

Deste modo, “o discurso criminológico da mídia fundamenta-se numa ética simplista (a “ética da paz”) e numa história ficcional (um passado urbano cordial)” (BATISTA, 2017, p. 7), que, em verdade, nunca existiu. Com isso, o jornalismo deixa de ser uma narrativa com pretensão de fidedignidade sobre a investigação de um crime ou sobre um processo em curso e, assumindo uma função investigatória e uma construção dramatizada do caso, passa a atuar politicamente (BATISTA, 2017).



O sociólogo Bourdieu (1997) desmascara esta concepção e explica que, até mesmo no que diz respeito aos debates realizados pelos meios de comunicação (nos quais, em tese, não parece crível que a emissora esteja manipulando o conteúdo transmitido), os limites das informações ali expostas estão sempre sendo regulados por uma intervenção do apresentador, pois é ele quem “introduz” a problemática a ser debatida. Em outras palavras, “o apresentador distribui os tempos de palavra, distribui o tom da palavra, respeitoso ou desdenhoso, atencioso ou impaciente” (BORDIEU, 1997, p. 45), de maneira que, mesmo que de forma mascarada ou inconsciente, os espectadores, assim os debatedores, estão sendo “manipulados”.

A comprovar a ótica sensacionalista e extraordinária conferida pela mídia aos crimes registrados no País (tomando-se como base o Estado do Rio Grande do Sul), colacionam-se os seguintes índices criminais, retirados do site da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado, coletados pelo SIP/PROCERGS e atualizados até outubro de 2018:

Secretaria da Segurança Pública - Departamento de Planejamento e Integração - Observatório Estadual de Segurança Pública  
Ocorrências cadastradas (delitos consumados), no RS, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2018

Mês / Ocorrências	Homicídio Doloso	Total de vítimas de Homicídio Doloso	Latrocínio	Furto	Abigeato*	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Estelionato	Delitos Relacionados à Armas e Munições	Entorpecentes - Posse	Entorpecentes - Tráfico
2018/Jan	202	221	8	11.703	490	1.332	6.479	1.570	1.868	505	923	807
2018/Fev	183	203	5	11.128	495	1.172	5.962	1.426	1.667	561	885	743
2018/Mar	215	239	8	11.831	521	1.351	6.202	1.639	1.831	598	922	983
2018/Abr	191	211	13	11.481	500	1.268	6.227	1.489	1.660	579	1.123	1.040
2018/Mai	149	166	8	11.289	517	1.153	6.119	1.274	1.704	585	1.043	1.028
2018/Jun	164	186	9	11.485	537	1.211	6.203	1.368	1.633	560	1.034	1.076
2018/Jul	152	166	7	12.101	575	1.181	6.316	1.293	1.693	533	993	1.046
2018/Ago	177	195	8	11.934	516	1.186	6.364	1.281	1.717	538	1.002	996
2018/Set	161	179	4	10.036	421	1.226	5.547	1.196	1.259	493	755	880
2018/Out												
2018/Nov												
2018/Dez												
<b>Total</b>	<b>1.594</b>	<b>1.766</b>	<b>70</b>	<b>102.988</b>	<b>4.572</b>	<b>11.080</b>	<b>55.419</b>	<b>12.536</b>	<b>15.032</b>	<b>4.952</b>	<b>8.680</b>	<b>8.599</b>

FONTE: SIPIPROCERGS - atualizado em 07 de outubro de 2018.

Abigeato\* - As ocorrências de abigeato estão contidas também na somatória das ocorrências de furto.

Observa-se, segundo os indicadores criminais acima expostos, que os crimes praticados em maior grau no Estado do Rio Grande do Sul são de pequeno potencial ofensivo, cometidos sem violência e grave ameaça à pessoa. Para 04 (quatro) ocorrências de latrocínios praticados no Estado

do Rio Grande do Sul em setembro de 2018, houve, no mesmo período, 10.036 (dez mil e trinta e seis) ocorrências de furtos.

Isto quer dizer que os pequenos furtos são as práticas delitivas mais frequentes nas estatísticas oficiais do Estado do Rio Grande do Sul acerca da criminalidade. Contudo, aludidos delitos, praticados sem violência à pessoa, dificilmente aparecem nos noticiários do Estado – o que comprova que o foco jornalístico está centrado nos crimes que causam maior audiência e comoção social, tais quais como homicídios, latrocínios, estupros e sequestros.

Este sensacionalismo com o qual o meio midiático aborda os crimes mais graves, que causam maior repulsa e sentimento de “injustiça” na população, faz com que casos isolados sejam vistos como formas frequentes de criminalidade na sociedade (WERMUTH, 2011) e “adequa-se à concepção dominante de violência e de sujeitos violentos que a sociedade hegemonicamente retém em seu imaginário.” (PASTANA, 2005, p. 189).

Não por outra razão, o medo que alguns indivíduos possuem de serem vítimas de crimes violentos e fatais provém do clima generalizado de insegurança fomentado pela forma como o meio midiático – potencial formador de opinião - trata a criminalidade (BAIERL, 2004).

Como já demonstrado, essa visão deturpada acerca da realidade delitiva do País acaba desvinculando-se dos índices reais acerca da criminalidade e produz efeitos negativos no Direito Penal (WERMUTH, 2011), na medida em que as reformas legislativas que passam a ser discutidas e cobradas pela sociedade para “controle da delinquência” não tratam a raiz do problema, muito em razão daquilo que se omite, como, por exemplo, a desigualdade social entre classes, o desemprego e a miséria (BATISTA, 2017). Na verdade, a maneira como os meios midiáticos selecionam os seus conteúdos “enquadra-se à concepção dominante de violência e de sujeitos violentos que a sociedade hegemonicamente retém em seu imaginário.” (PASTANA, 2003, p. 74).

Os fatos que chocam a população por serem diferentes (e, com isso, afrontam valores enraizados na sociedade) são colocados à população com tamanho estigma, que a primeira reação das pessoas que se sentem “em situação de risco” é a busca de responsáveis que se reduzem a pessoas “más”, e não à ordem estrutural do País (BUDÓ, 2006).

Para Bauman (2009, p. 15),

a aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de um delinquente.

Este paradoxo de que a “um Estado social mínimo corresponde a um Estado penal máximo conduz às consequências concomitantes de despolitização dos conflitos sociais e politização da questão criminal” (BATISTA, 2017, p 14). Prova disto é, por exemplo, a resistência populacional enfrentada pelas forças partidárias que se opõem à expansão do Direito Penal como política de segurança pública.

Deste modo, a difusão do medo pela contribuição midiática

funciona como reforço para a criminalização seletiva da miséria e para o clamor por políticas públicas mais repressivas, numa espécie de populismo criminológico, ou autoritarismo cool. Tal forma autoritária atuaria por meio da hiperbolização dos discursos do medo, ofuscando debates e produzindo o discurso único que clama como alternativa sempre mais repressão e controle. (FRANÇA, 2010, p. 130).

Conclui-se, portanto, que a mídia é um forte instrumento utilizado para o controle social através da sensação de segurança (especialmente no que diz respeito à defesa dos interesses de classes dominantes), e que a maior parte dos casos são cobertos de acordo com uma visão dominante do mundo. As notícias, portanto, “são tratadas sempre de uma forma maniqueísta” (BUDÓ, 2006, p. 10), havendo sempre um estereótipo de “cidadão de bem” (bem) e “bandido” (mal) a ser reforçado. Daí provêm os jargões “bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos para humanos direitos”, não sendo possível retirar da imprensa sua grande reponsabilidade pelo processo de estigmatização de determinados indivíduos e de determinadas classes sociais (PASTANA, 2005).

Por fim, resta dizer que, nas lições de Zaffaroni (1991), esta introjeção da solução de um “conflito” pela supressão da “maldade”, ocorre, na sociedade contemporânea, em fases muito precoces da vida psíquica do indivíduo. Ele lembra que, atualmente, são as crianças que passam a maior parte do tempo na frente das televisões, e que essa concepção “do mau”, não raras as vezes, se dá por meio de programas de “diversão” (visto por muitos como “o menos ofensivo”), onde existe um “herói” que, através da violência, aniquila o “mau” (o vilão). No entanto, sobredito autor também atenta para o fato de que 60% de aludidas programações são importadas, o que consiste em dizer que as demandas da população são de atuações e medidas penais “internacionais” que não condizem com o contexto nacional.

#### 4 CONSTRUINDO FORTALEZAS IMPERMEÁVEIS: ZONAS DE MARGINALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO ESPAÇOS HOMÓLOGOS AO DAS PRISÕES

Conforme já mencionado, a pauta da violência e da criminalidade sempre atraiu manchetes de jornais, alimentando a cultura do medo, ampliando o sentimento de insegurança e levando as pessoas à maior exclusão e segmentação das classes mais pobres. Segundo Caldeira (2000, p. 27), o medo, além de produzir discursos estereotipados, “organiza a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros”.

Atualmente, as pessoas têm medo de sair para além dos muros de suas residências, medo de serem roubadas nos semáforos, medo de saírem à noite com os amigos, em lugares que, em outros tempos, frequentariam com muita tranquilidade (BAIERL, 2004). Ou seja, um dos graves sintomas da cultura do medo em nossas sociedades é a proliferação de muros, de fronteiras e de exclusões, que se dá através da política da violência.

Para Bauman (2009), o grande problema disto mora no fato de que, quanto mais as pessoas se separam do “outro”, do vizinho, do subjugado, também mais depositam confiança na vigilância de um determinado ambiente, não sendo por outra razão que existem, por todo mundo, casas construídas para “proteger” e não para “integrar”.

Por certo que, neste processo, há um claro interesse econômico envolvido: o interesse de setores privados que vendem, como solução à sensação de insegurança, o isolamento de tudo e de todos que são considerados socialmente inferiores; socialmente “perigosos”. Mas como se deu, no Brasil, o processo de definição das “classes perigosas” e, por corolário lógico, a segmentação social destas classes nos espaços públicos?

De acordo com Chalhoub (1996, p. 20), a expressão “classes perigosas” teria surgido na metade do século XIX e possuía uso restrito àquelas pessoas que já haviam sido colocadas “à margem da lei penal”. Entretanto, no Brasil, após a abolição da escravidão, houve um importante debate parlamentar na Câmara dos Deputados do Império, por meio do qual se discutia um projeto de Lei que reprimisse a ociosidade, tendo-se em vista as mudanças ocasionadas na forma de organização do trabalho a partir de então (CHALHOUB, 1996).

Chalhoub (1996, p. 22) explica que os Parlamentares da época partiam da premissa de que “a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto”. Para eles, o indivíduo pobre, que não conseguia

acumular riquezas e conforto, não era um bom trabalhador e, por corolário lógico, possuía a maior falta de virtude da época: a ociosidade. Por esta razão, passaram a equiparar os termos “classes pobres” e “classes viciosas”, uma vez que, em suas concepções, “em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios” (CHALHOUB, 1996, p. 22).

Tal pensamento acabou ligando a pobreza à criminalidade, através da seguinte lógica, sintetizada por Chalhoub (1996, p. 22): “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade...”. Essa lógica, portanto, acabou fazendo com que a raça e a classe social de um determinado indivíduo, no Brasil, fosse fator determinante para torná-lo um suspeito em potencial – herança que permanece intrínseca na sociedade hodierna.

Concomitantemente a isso, através da ideologia da higiene, as classes pobres começaram a representar, para as classes dominantes, um perigo de “contágio” dos mais variados vícios (morais ou não) - e seus hábitos de moradia passaram a ser vistos como nocivos e como focos de irradiação de epidemias (CHALHOUB, 1996). Segundo Chalhoub (1996), as classes pobres não eram vistas como perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública, pois os pobres, segundo a lógica elitista, ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social, representado pelos pobres, aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Ademais, as habitações coletivas, ou mais precisamente os cortiços, seriam focos de irradiação de epidemias, tais como: febre amarela, varíola, tuberculose, além de serem, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. Daí o surgimento da higiene como uma ideologia, ou seja, utilizando a ideia de higienização, pretendia-se se chegar a uma raça mais embranquecida e a uma nova civilização.

Por esta razão, foram criados órgãos responsáveis pela administração da saúde pública, que “passaram a estabelecer regulamentos que tinham por alvo principal impedir a proliferação dos cortiços, proibindo a construção de tais habitações em determinadas regiões da cidade.” (NIELSSON; WERMUTH, 2017, p. 9).

De um lado, o Estado impedia a construção de habitações coletivas nas áreas centrais das cidades e destruía algumas já existentes, como, por exemplo, o Cortiço Cabeça de Porco (CHALHOUB, 1996). De outro lado, imperava o interesse econômico dos empresários do setor imobiliário, os quais buscavam “introduzir um novo padrão de edificações na cidade” (NIELSSON; WERMUTH, 2017, p. 9). Na verdade,

o discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessou sobremaneira a grupos empresariais atentos às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da Corte. Haveria no processo um enorme potencial para a especulação na construção de morais e no provimento da infra-estrutura indispensável à ocupação de novas áreas da cidade. (CHALHOUB, 1996, p. 52).

Essa contextualização histórica é imprescindível para que se compreenda o início do processo de polarização das classes nas cidades brasileiras (com a expulsão das classes subalternizadas dos centros urbanos), e imperiosa para que se entenda a força que o setor imobiliário possui – e sempre possuiu - dentro deste contexto.

As ideias higienistas acima referidas (que atacaram, especialmente, os cortiços da época), aliadas à associação das classes pobres como classes perigosas, não fogem do cenário atualmente presenciado no Brasil, trazendo-se à baila, porquanto pertinente, o exemplo trabalhado por Nielson e Wermuth (2017): a desocupação da Cracolândia, ocorrida em 2017, na cidade de São Paulo/SP, a mando do Prefeito João Dória. Na ocasião, a atuação policial bastante violenta face às pessoas que estavam em situação de rua mascarou-se no mesmo caráter higienista promovido pelos Parlamentares e médicos do século XIX.

Contudo, para Lucio Costa (2017), psicólogo e ex-coordenador geral de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da República, a maior motivação para as ações truculentas do Estado teriam sido as especulações imobiliárias da época. Neste sentido, explicou que

[...] o bairro, que nas décadas de 60 e 70 foi um dos principais da burguesia paulistana – com prédios históricos e grandiosos monumentos culturais –, não conta com tantos terrenos disponíveis aos investidores do mercado imobiliário, fazendo com que, ao longo do tempo, os imóveis da região se tornassem supervalorizados. Além disso, são rígidas as legislações municipais acerca de construções de grandes incorporadoras no local – um empecilho a mais para a ansiada apropriação pelo mercado. Assim, ao mesmo tempo em que é tratada por alguns como um problema, a Cracolândia é vista por outros como solução. É que o planejado abandono social no local aprofundou a desvalorização da região da Luz, fortalecendo, em contrapartida, a capacidade de negociação dos especuladores – interessados em adquirir a baixos preços terrenos em um dos endereços mais centrais da capital paulista. (COSTA, 2017).

Ou seja, para Costa (2017), a ação truculenta do Estado teve como verdadeiro motivo o de “entregar à iniciativa privada a comercialmente valorizada região da Luz” – e não a justificativa vendida pelo Prefeito João Dória, de uma efetiva preocupação com a saúde e segurança pública.

Para Bauman (2009), a exclusão das “classes perigosas”, atualmente, é algo aparentemente definitivo, uma “via de mão única”, na medida em que os indivíduos excluídos raramente possuem a



quem recorrer, pois a polarização, neste caso, é legitimada pelo próprio Estado Social. Isto é: tanto os indivíduos que praticam crimes, quanto os desempregados (portanto, desprovidos de “virtudes”), são encarados como “indivíduos que precisam ser impedidos de criar problemas e mantidos a distância da comunidade respeitosa das Leis” (BAUMAN, 2009, p. 25).

Hoje em dia, é cediço que as pessoas que reúnem maiores condições econômicas acabam optando por adquirir suas casas e apartamentos dentro de grandes condomínios, isolando-se fisicamente daquelas pessoas consideradas “inferiores” – isolamento este que se dá através dos muros e dos caros sistemas de vigilância. No entanto, “a tendência a retirar-se dos espaços públicos para refugiar-se em ilhas de uniformidade acaba se transformando no maior obstáculo para viver com a diferença.” (BAUMAN, 2009, p. 40).

Essa procura incessante por um ambiente isolado e homogêneo (como os condomínios fechados), bem como a aversão pelo “outro” e pelo “diferente”, é denominada, por Bauman (2009), como mixofobia. E, para ele, quando a segmentação é oferecida pela iniciativa privada como antídoto à mixofobia, cria-se um ciclo vicioso que não se consegue romper, pois

[...] a uniformidade do espaço social, sublinhada e acentuada pelo isolamento espacial dos moradores, diminui a tolerância à diferença; e multiplica, assim, as ocasiões de reação mixofóbica, fazendo a vida na cidade parecer mais “propensa ao perigo” e, portanto, mais angustiante, em vez de mostrá-la mais segura e, portanto, mais fácil e divertida. (BAUMAN, 2009, p. 50).

Entretanto, não se descuida do fato de que este processo é alimentado, como já demonstrado, pela iniciativa privada, em razão dos grandes lucros econômicos auferidos graças à ascensão da sensação de insegurança que se reforça (BAUMAN, 2009). Aqui, somam-se, portanto, dois grandes interesses econômicos que alimentam as formas de segregação nos centros urbanos: os interesses do setor da segurança/vigilância privada e do ramo imobiliário.

Deste modo, as classes expulsas dos centros urbanos, bem como aquelas que se encontram do lado de fora dos condomínios habitados pela elite e pela classe média, habitam espaços abandonados pelo setor público (e, portanto, marginalizados), nos quais a violência acaba sendo mais comum que em outros lugares (BAUMAN, 2009).

Essas circunstâncias sociais, utilizadas diariamente como *front* de campanhas publicitárias políticas, em virtude de geralmente configurarem a relação com indesejáveis moléstias a serem combatidas (GARLAND, 2008), tornam-se o combustível da idealizada necessidade de “extermínio do mal”, de “limpeza”, cuja reprodução é constantemente fomentada no âmbito social, onde as duas faces da moeda “problema/solução” podem ser utilizadas como fonte de incontáveis interpretações e

justificativas, no entanto, existe um consenso universal quanto à sua lógica de funcionamento: a de que antes de se vender a cura, deve-se criar a moléstia; que antes de se ofertar a solução, deve-se criar o problema. De modo semelhante, pode-se concluir que antes de se determinar os atores, moldando-os conforme o interesse e a necessidade, deve-se criar os contextos. Assim, deslocando-se essa análise para a estruturação da sociedade, verifica-se que “são as circunstâncias conjunturais que disparam nossa obsessão por monitorar indivíduos temíveis, isolar populações perigosas e impor controles situacionais em contextos outrora abertos e fluídos” (GARLAND, 2008, p. 415).

Nesse contexto, o sistema penal é, portanto, uma ferramenta de manutenção do *status quo*, de modo que a seleção de condutas criminosas sempre recai sobre as classes subalternas, sendo que a eventual criminalização de um membro de uma classe dominante apenas serviria para ocultar o papel do sistema penal como instrumento de manutenção e reprodução da dominação (ZAFFARONI, 2001).

Neste sentido, observa-se que a seletividade não é um defeito a ser corrigido no funcionamento do sistema, mas é intrínseca a seu funcionamento no capitalismo. Nas palavras de Loïc Wacquant (2001, p. 126-127) “o encarceramento serve, antes de tudo, para regular, se não perpetuar, a pobreza e para armazenar os desejos humanos do mercado”. Portanto, observa-se que os espaços pauperizados, assim como as prisões, em razão da seletividade, estão em pé de igualdade. Trata-se de espaços de “acumulação” de resíduos sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi abordado ao longo deste artigo, é possível afirmar que a cultura do medo, ao fomentar uma visão maniqueísta do mundo, acabou fazendo com que a sociedade passasse a demandar, sem quaisquer resquícios de solidariedade, uma maior intervenção punitiva por parte do Estado, com a imposição de penas mais severas e menos “privilégios” para os “bandidos” (os criminalizados).

Pode-se dizer que os maiores anseios das classes privilegiadas frente às segmentadas esteve, historicamente, presente como uma ferramenta de controle político e socioeconômico ou, em outras palavras, como um meio da classe dominante manter a ordem constituída. Paulatinamente, as pressões públicas que a população tem colocado sobre os Poderes Legislativo e Executivo vêm ganhando força, em virtude da grande influência – e interesse – dos meios midiáticos no que diz respeito à propagação de notícias sensacionalistas. Neste contexto, depreende-se que os canais de



comunicação se encontram, por questões óbvias, muito mais interessados em garantir a audiência de seus programas (e, assim, a estabilidade financeira para a manutenção de seu mercado), do que em repassar, à população, informações que condigam com a realidade social do Brasil.

Na mesma proporção em que vão sendo anunciadas, pela mídia, ocorrências delitivas aptas a gerarem fortes comoções sociais (mas que não representam a realidade dos comportamentos delitivos praticados em maior escala na sociedade), com o reforço de estereótipos acerca do perfil criminoso (criminalizado), os indivíduos que se consideram “cidadãos de bem” (por não se encaixarem ou não se identificarem com as características das classes pauperizadas) clamam por respostas repressivas, simplórias e imediatistas de um problema que nem sequer existe na forma que lhes foi apresentada.

Na prática, a visão de uma “criminalidade aumentada”, que é fomentada, através das estatísticas, pelos meios de comunicação, acaba reforçando aquela ideia *hobbesiana* de que os indivíduos subjugados são maus por natureza e, assim sendo, somente a força repressiva do Estado poderia garantir a segurança e o progresso do País. Neste cenário, as pessoas acabam renunciando a direitos que deveriam ser indisponíveis, por acreditarem, com veemência, ser esta a única forma de estarem menos expostas aos “riscos”.

Efetivamente, as classes que sempre sofreram com a política repressiva no Estado foram as classes pobres (os mendigos do ocidente, os negros após abolição escravagista etc.) e aquelas que se rebelavam contra a ordem imposta (os hereges, as bruxas, etc.). As intervenções punitivas também sempre estiveram marcadas e intrinsecamente ligadas às formas de relação de trabalho de determinado período. Se faltava mão-de-obra disponível e barata, em um período de ascensão da economia e forte demanda de produção, os indivíduos eram punidos com o trabalho forçado. Do contrário, nos momentos de crises econômicas (por exemplo, período pós-fordista), com mão-de-obra em excesso, a sanção deixava de ser o trabalho e passava a ser a exclusão social de um indivíduo que, não gerando riqueza e não tendo utilidade para o sistema, deveria ser “descartado”.

Essas formas de pensar o processo punitivo, por mais ultrapassadas e mascaradas que sejam, ainda se revelam presentes nos processos das criações de leis brasileiras, bem como nas atuações policiais e judiciárias na contemporaneidade. Com efeito, esbarra-se em uma verdadeira segmentação social da classe subalterna, por meio da qual as violências a que estão submetidas são, inclusive, naturalizadas. Sobre o tema, cumpre salientar, por oportuno, que a violência – e principalmente a violência letal contra as classes subalternizadas, principalmente homens negros – tem aumentado drasticamente. O Atlas da Violência de 2020, publicado pelo IPEA, indica que entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros

houve uma diminuição de 12,9%. Os números não são muito diferentes quando se faz o recorte de gênero, pois em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras.

E este é um processo cujo ciclo é vicioso, pois percebe-se que o estereótipo definido pela classe dominante, assim como os comportamentos definidos como desviantes (em sua maioria, condutas típicas de pessoas dos estratos sociais mais baixos), acaba fazendo com que a classe subalterna seja a mais atingida pelas malhas da Lei, com o corolário encarceramento, que, por sua vez, acaba atribuindo o rótulo permanente e definitivo de perfil criminoso e empobrecendo ainda mais aqueles indivíduos que já não tinham quase nada.

Diante do contexto delineado, torna-se necessária uma crítica dura e permanente ao senso comum disseminado, para que, efetivamente, se perceba que a criminalidade é construída – e não ontológica –, razão pela qual é plenamente possível desconstruí-la, ainda que aos poucos, com o resgate do Estado Social e com a adoção de políticas sociais em detrimento das “políticas penais”. É necessário, sobretudo, desconstruir os estigmas que recaem sobre o perfil “criminoso” (no qual os pobres e os negros são os marginalizados), a fim de desvelar as contradições de um modelo de sociedade pautada historicamente em uma rígida hierarquização, na qual as classes detentoras do poder econômico subjugam e segregam – espacial e socialmente – os espólios da escravidão, a pobreza que incomoda e que “polui” as cidades, relegando a essa população os cinturões de pobreza dos centros urbanos e o espaço – homólogo – do cárcere.

#### REFERÊNCIAS:

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BATISTA, Nilo. **Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 de set. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de A Influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2021.



BUDÓ, Marília de Nardin. Mídia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal. **Unirevista**, v.1, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/m%C3%ADdia-e-crime-contribui%C3%A7%C3%A3o-do-jornalismo-para-legitima%C3%A7%C3%A3o-do-sistema-penal>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CALLEGARI, André Luis; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi: **Deu no jornal**: notas sobre a contribuição da mídia para a (ir) racionalidade da produção legislativa no bojo do processo de expansão do direito penal. Disponível em: <[http://www.revistaliberdades.org.br/\\_upload/pdf/2/2009\\_02\\_inteira.pdf](http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/2/2009_02_inteira.pdf)>. Acesso em: 10 de set. 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Core Imperial. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

COSTA, Lucio. Cracolândia: Dória, um prefeito que não entende de gente. **El país**, 26 mai. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/26/politica/1495830499\\_134676.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/26/politica/1495830499_134676.html)>. Acesso em: 22 de set. 2018.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado, tradução das notas de Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

FRANÇA, Leandro Ayres. **A criminalidade de colarinho-branco**: a proposição teórica de Edwin Hardin Sutherland. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-ACriminalidadeDeColarinhoBranco-6172841.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2018.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução, apresentação e notas de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GÓES, Luciano. **A “tradução” de Lombroso na obra de Nina Rodrigues**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

IANNI, Octavio. **Ensaio de sociologia da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.



IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. IPEA: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 3. ed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

NIELSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **“Os higienistas estão voltando”**: biopolítica, classes subalternizadas e ocupação do espaço urbano no Brasil. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/30172-113659-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/30172-113659-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 de out. 2018.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do Medo**: Reflexões sobre a violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Ed. Método, 2003.

STEIN, Ernildo. Introdução ao Método Fenomenológico Heideggeriano. In: **Sobre a Essência do Fundamento. Conferências e Escritos Filosóficos de Martin Heidegger**. Tradução de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1979.

STEIN, Ernildo. Gadamer e a consumação da hermenêutica. In: STEIN, Ernildo; STRECK, Lenio (orgs.). **Hermenêutica e epistemologia**: 50 anos de Verdade e Método. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. p. 9-24.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política**. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. Série Fundamentos 62. São Paulo: Ática, 1989.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; **Medo e direito penal**: reflexos da expansão punitiva na realidade brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

**Sobre os autores:****Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0354947255136468> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7365-5601>

E-mail: [madwermuth@gmail.com](mailto:madwermuth@gmail.com)

**Paula Bohn de Campos**

UNISINOS, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3856769150116994> ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8943-1410>

E-mail: [madwermuth@gmail.com](mailto:madwermuth@gmail.com)

**Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.**